

Mercado de Seguros Luso Brasileiro: Perspectivas das companhias de seguro e dos contratos de seguro na formação do mundo contemporâneo

Saulo Santiago Bohrer

A atividade de seguros foi fundamental para a exploração do comércio transatlântico. A cobertura dos riscos inerentes às rotas que interligavam Portugal às possessões na América, na África e na Ásia representava um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento da atividade mercantil.

O processo de expansão marítima de Portugal logo em seu início já contava com o incentivo da atividade de seguros, já que a

“(…) legislação periódica promulgada pela Coroa portuguesa com a finalidade de incrementar o comércio ultramarino de um modo ou de outro, a começar das leis que estimulavam a navegação nacional e seguro marítimo datadas do reinado de dom Fernando (1377-80), esse preconceito perseverou durante séculos, ao longo dos reinados das casas de Avis e Bragança, que se intitulavam “senhores do comércio” da Índia, Etiópia, Arábia, Pérsia etc”¹.

O comércio marítimo e a atividade seguradora obtiveram impulso sensível com a consolidação do período marcado pelo Marquês de Pombal. A década de 1750 representou para os *Negociantes*², que atuavam no comércio com o Brasil, um novo momento, pois a criação das Companhias do Grão-Pará e Maranhão, Pernambuco e Brasil otimizou o regime de rotas que interligavam o Império.

No mesmo período, foi criada a Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. No interior de tal instituição, uma série de foros específicos estavam em formação. Em 1758, por decreto real a Casa de Seguros de Lisboa foi promulgada, como órgão encarregado de reger os assuntos do seguro, formalizando as normas que balizavam o mercado segurador.

¹ BOXER, Charles. O Império marítimo português 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 332.

² Negociantes é um conceito que remete ao agente econômico ligado a uma multiplicidade de atividades econômicas, que, ao manipular grandes capitais, optou por diversificar seus investimentos como forma de assegurar menores riscos de perda. Além disso, quase sempre estão relacionados ao arremate de concessões régias e pela postura monopolizadora. Sobre o conceito, ver: Théó Lobarinhas Piñeiro. *Negociantes, independência e o primeiro Banco do Brasil: uma trajetória de poder e de grandes negócios*. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF. Vol. 8, nº 15, jul. 2003, p. 71-91.

Certamente, o período Pombalino consubstanciou-se na época da retomada e reorganização da atividade comercial, pois se tornava necessário combater a contínua diminuição da produção aurífera colonial brasileira³.

Como alternativa à diminuição da oferta de metal precioso, o Estado, a partir de suas instituições, inicia um processo de retomada do comércio marítimo com a edição de leis e formação de companhias de comércio capazes de reunir os capitais dos *Homens de Negócios* de Lisboa e Porto. No bojo deste processo, podemos situar a criação também do espaço para gestão e promoção da atividade seguradora, àquela época ainda circunscrita ao comércio marítimo.

Por outro lado, no além mar, as praças mercantis coloniais brasileiras vivenciavam incrível incremento na movimentação comercial. Dentre elas, o Rio de Janeiro consagrava-se como a principal intermediária das minas e o mercado luso. A necessidade corrente de mão de obra (escravos) e manufaturas fez com que na cidade situada no recôncavo da Guanabara se fixassem agentes ligados ao comércio com a África e de cabotagem, atividade comercial intracolonial ligada a distribuição das mercadorias produzidas nas diversas regiões coloniais, capaz de produzir um intenso processo em que Negociantes coloniais assumiam a tarefa de intermediários das minas e do mercado, possibilitam que estes articulassem intrincada rede de negócios capas de produzir uma formidável capacidade de acumulação de capital apropriada pelos agentes econômicos ligados ao comércio⁴.

Estes Negociantes, além de cuidarem da atividade de abastecimento, paulatinamente, convertessem em grandes proprietários de prédios urbanos e casas comerciais, sendo quase sempre consignatários dos Negociantes de Lisboa. Desta forma, a evolução proporcionada pelas medidas da época Pombalina forneceu impulso

³ Idem. Ver também: Francisco Falcon. A época pombalina...; Ciro Cardoso. A Crise do Colonialismo Luso na América Portuguesa – 1750/1822 pp. 111-128...; Sergio Buarque de Holanda (dir.). HGCB. A época colonial, v. 2: Administração, economia, sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003; Fernando A. Novais. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo: HUCITEC, 2006. Júnia Ferreira Furtado. Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas. São Paulo: HUCITEC, 2006. Antonio Carlos Jucá de Sampaio. Na encruzilhada do Império. Hierarquias Sociais e Conjunturas Econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. Jaime Rodrigues. De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

⁴ Antonio Carlos Jucá Sampaio... ob cit.; Manolo Florentino. Em costas negras...; Homens de Grossa Aventura....

para que as relações comerciais que definiam a dinâmica do Império comercial português se redefinissem, aprofundando as negociações entre portugueses do Reino e do Brasil, construindo as bases para a formação um mercado luso-brasileiro.

Em 1808, iniciada uma nova conjuntura histórica, causada pelo deslocamento da sede do Império para o Rio de Janeiro, novas instituições tiveram que ser criadas, representando um verdadeiro reordenamento do aparelho de Estado luso. Contudo, a economia do Império precisava ser reorganizar para se adaptar a dinâmica dos novos tempos. Não por caso, isto também se refletiu na forma como mercado de seguros luso-brasileiro teve de se organizar. No mesmo ano da chegada do Príncipe Regente, foi criada em Salvador a Provedoria de Seguros da Bahia, aos moldes da Casa de Seguros de Lisboa, em conjunto com a Companhia de Seguros Boa Fé. Já, em 1810, era oficializado o funcionamento de uma Provedoria de Seguros no Rio de Janeiro, onde também passava a existir uma nova companhia de seguros denominada Indemnidade.

Diante disto, é necessário perceber que a História dos Seguros em Portugal e no Brasil, principalmente, nos séculos XVIII e XIX foi pouquíssimo estudado, sendo apenas alvo indireto de algumas pesquisas relativas a dinâmica da economia colonial portuguesa.

O propósito do projeto, portanto, reside na proposta original de entender a formação de um mercado luso-brasileiro de seguros em sua intercessão com o comércio colonial, demarcando os diversos momentos de consolidação/expansão de tal dinâmica econômica.

Ademais, tal premissa pode ser apreendida somente diante de uma análise mais apurada do tipo de mercado que existia naquele período e qual a relação existente entre a economia e o Antigo Regime em Portugal e seus domínios.

É importante destacar a contribuição de Antonio H. de Oliveira Marques para a História dos Seguros, uma vez que permite conhecer uma importante documentação relativa à Casa de Seguros de Lisboa e as empresas de seguro no período.

Além disso, Oliveira Marques fez um importante balanço das relações entre a expansão do mercado e do próprio comércio marítimo com as atividades seguradoras, possibilitando a apreensão da conjuntura histórica em que se deu tal desenvolvimento.

Recentemente, alguns trabalhos vêm apresentando debate interessante sobre os negociantes e suas atividades econômicas a partir de 1750. Nuno Luís Madureira

apontou, com bastante pertinência, a trajetória dos negociantes estatais, que em sua visão constituíram uma importante camada da burocracia do Estado. Estes se situaram em várias funções, dentre as quais podemos listar os cargos de Deputado da Real Junta e Provedor da mesa de inspeção. Outros nomeados presidentes da Junta e mesmo ligados aos ministérios⁵.

Este historiador destaca a trajetória social destes homens de negócio, sublinhando seu papel na composição da burocracia estatal portuguesa. Assim, na medida em que compunham os vários cargos nas instituições introduziram importantes impulsos na tentativa de superar as crises econômicas da década de 50 e 60 do século XIX. Ao mesmo tempo, os Negociantes almejavam promulgar políticas de incentivo a manufatura em Portugal.

A evolução das atividades de seguro foi bastante expressiva. Com isso, o propósito deste trabalho objetiva também resgatar os processos históricos de formação do mercado de seguros marítimos no Império português.

II – Objeto, Questões teóricas e Metodológicas:

O foco da pesquisa será o mercado de seguros luso brasileiro no período entre 1758 a 1831. Isto é, do momento da criação da Casa de Seguros de Lisboa à extinção da Casa de Seguros do Rio de Janeiro ao final do Primeiro Reinado⁶.

Este recorte de pesquisa é feito com base na idéia de que a formalização e especialização do mercado de seguros se deram somente com a criação com as duas instituições em Lisboa e no Rio de Janeiro, e, conseqüentemente, com a formalização das primeiras companhias de seguro.

Para recuperarmos tal momento histórico observaremos as questões relativas às companhias realizando um processo riquíssimo de comparação com a dimensão dos capitais realizados na praças comerciais mais importantes do Império. Acreditamos que

⁵ MADUREIRA, Nuno Luís. Mercado e Privilégios. A indústria Portuguesa entre 1750 e 1834. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

⁶ O Primeiro Reinado no Brasil corresponde ao período compreendido pelo governo de Pedro I (Pedro IV, em Portugal), entre 1822, ano da ruptura com Portugal e 1831, quando o primeiro imperador abdicou, em meio a grave crise política, em favor de seu filho.

destas análises poderemos extrair resultados positivos que nos ajudarão a compreender melhor a formação dos mercados capitalistas de fins do século XIX.

Cabe ressaltar aqui, que não falamos ainda de um mercado caracterizado pela liberdade dos agentes econômicos, remetemo-nos a um mercado ainda circunscrito às dinâmicas do Antigo Regime em Portugal e à escravidão no Brasil. Os mercados não capitalistas caracterizam-se, portanto, pela interferência contínua das estruturas políticas e culturais como muito bem ressaltou Karl Polanyi⁷.

Para analisarmos tal objeto contaremos com a metodologia da história quantitativa, sendo mais especificamente relacionado à formação de séries documentais sobre a arrecadação das Casas de Seguro do Rio de Janeiro e de Lisboa. Isto nos possibilita apreender a dinâmica dos seguros e se possível relacionar com índices ligados à evolução do comércio marítimo nos períodos pombalinos, marianos e joaninos.

Esta tarefa torna-se possível também no que se refere dinâmica das companhias de seguros criadas no Rio de Janeiro e Bahia de 1808 em diante. Fica claro, portanto, que a análise das Provedorias de Seguros do Rio de Janeiro e de Lisboa viabiliza a construção de um panorama mais amplo do mercado das seguradoras, bem como avaliar as diferenças no valor das apólices, quantidade de capitais envolvidos nas companhias.

Por outro lado, é possível avaliar os processos jurídicos movidos pelas seguradoras e pelos segurados. O processo de litígio é uma rica oportunidade para avaliarmos os mecanismos jurídicos que geriam tal mercado, percebendo, inclusive, a influência de externalidades na realização da renda relativa à companhia de seguros⁸.

Neste sentido, podemos perceber que a constituição de uma análise comparativa tem efeito bastante profícuo, principalmente, se atentarmos ao fato de que muitos dos homens de negócios envolvidos com as atividades das seguradoras, ao migrarem para o Rio de Janeiro e Bahia realizaram negócios e até mesmo fundaram companhias de seguro, casas comerciais e casas bancárias⁹.

⁷ POLANYI, Karl. A Grande Transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000 – 12ª reimpressão. Pp. 62-99.

⁸ Isto nos remete a discussão do elementos exteriores aos custos de mercado, como despesas indenizatórias, custos processuais, etc. Este debate aparece bem mapeado em: Madureira, Nuno Luis. A indústria Portuguesa entre 1750 e 1834... ob. Cit; COASE, Ronald H. “The problem of social cost”, in Journal of Law & Economics, n.3, 1960, pp 1-44.

⁹ FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África

Não entendemos a empresa isoladamente, a pesquisa busca compreender fundamentalmente qual o capital social que as compõe, isto é, entender que as empresas são constituídas de agentes históricos organizados. Neste caso, especificamente, toma-se as companhias de seguro em sua relação com o processo mais geral da economia e política, permitindo-nos entender as empresas como sujeitos da história, assim como afirmou Maria Bárbara Levy¹⁰:

"As empresas são parte da sociedade e não se pode estudá-las sem levar em conta as articulações recíprocas entre as relações sociais e as práticas empresariais. A empresa é parte de um sistema de instituições interatuantes, no qual lhe cabe a produção de bens [ou serviços]"¹¹

A metodologia empregada, entretanto, não significará somente a formação de grandes séries homogêneas, estruturas explicativas uniformes. Como já foi sublinhado pela historiografia, a questão do método quantitativo na análise da História Econômica¹² e a preocupação com as oscilações conjunturais são importantes, mas não bastam, para o historiador. Deve-se ter em conta a preocupação com os agentes sociais ao elaborar tais séries, sendo fundamental para entender o movimento de tais grupos no decorrer deste período histórico, a quantificação passa a ser apenas uma ferramenta para entender o processo histórico mais global.

A preocupação com os conceitos da economia, com o método estatístico e com a organização dos dados é importante. Entretanto, como nos lembra Jean Bouvier¹³, a

e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995. FRAGOSO, João Luís R. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998. _____ & FLORENTINO, Manolo. O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993.

¹⁰ Para melhor entender as questões sobre o método de pesquisa sobre História Empresarial consultar: Eulália M. L. Lobo. História Empresarial. IN: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp.217-239. Maria Bárbara Levy, A Indústria do Rio de Janeiro por suas Sociedades Anônimas. Esboço de História Empresarial. Rio de Janeiro: Séc. Municipal de Cultura/ EDUFRJ, 1995. (Coleção Biblioteca Carioca v. 31).

¹¹ Maria Bárbara Levy. A Indústria do Rio de Janeiro..., ob. cit.

¹² José Jobson Arruda. " História e Crítica da História Econômica Quantitativa" . In: Separata da Revista de História no. 110. São Paulo, USP, 1997. pp. 463-481. Ciro F. S. Cardoso e Hector Brignolli. Os Métodos da História. Rio de Janeiro: Graal, 1979. François Furet. " A História Quantitativa e a construção do fato histórico". In: SILVA, Maria Beatriz Nizza (Org.). Teoria da História. São Paulo: Cultrix, 1976, pp. 61-65. Caio Prado Jr. " História Quantitativa e Método da Historiografia". Debate e Crítica. São Paulo, 6: 1-20, julho de 1975.

¹³ Jean Bouvier. " O aparelho Conceptual na História Economia". In: SILVA, Maria Beatriz Nizza (Org.).

análise da história necessita resgatar os agentes sociais por de trás destas séries e construções estatísticas, ao historiador cabe interpretar a tendência dos gráficos e tabelas construídos na sua relação com as disputas sociais. Por outro lado, o objeto da pesquisa exige a reflexão não somente dos aspectos da economia e das empresas na sociedade do dezenove, há a necessidade de se refletir sobre o processo da formação do Estado Imperial e das relações que este processo possui com os grupos sociais, mais precisamente, discutir a inserção do grupo ligado à atividade mercantil, prioritariamente. Isto implica necessariamente em entender a economia e a política como elementos indissociáveis, na medida em que partem do mesmo ponto: o caráter histórico das relações econômicas.

Para realizarmos tal pesquisa podemos contar com os seguintes fundos arquivísticos:

Brasil

- Arquivo Nacional – Rio de Janeiro – Brasil.

- Fundo da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. (Causas de Falência, Matrículas de Negociantes, Processos Jurídicos, Prestação de Constas da Junta, Provedoria de Seguros, Embarcações Apresadas, etc).
- Inventários post-mortem.

- Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro – Brasil.

- Obras Raras.
- Memórias dos Homens de Negócios
- Periódicos de Época.
- Manuscritos em geral.

- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Rio de Janeiro – Brasil.

- Memórias pessoais.
- Coleção Ourem.

Teoria da História. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 135-151.

- Registros de Entradas de Embarcações.
- Real Gabinete Português de Leitura – Rio de Janeiro - Brasil.

Portugal

- Arquivo Histórico Ultramarino – Portugal.
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Portugal.
- A.H.M.O.P.T.C TEMOS QUE DESCOBRIR QUE PORRA É ESSA.

III - Hipóteses

- 1) A organização das Casas de Seguro de Lisboa e do Rio de Janeiro, bem como a da Bahia, são semelhantes, do ponto de vista institucional, inscrevendo-se na política de centralização do Estado Português, destacando-se, entre seus agentes, os *Negociantes* ligados ao comércio colonial, especialmente os vinculados, no Brasil, ao comércio de escravos.
- 2) As atividades de seguros, ligadas ao comércio transatlântico, formaram um verdadeiro mercado luso-brasileiro, interligando-o as praças da Europa (Lisboa e Londres), América (Rio Janeiro, Salvador, Buenos Aires, Havana e Valparaíso) e África (Angola, Moçambique, Guiné e Nigéria).
- 3) Os negócios de seguros envolviam enormes somas, o que poderá ser comprovado a partir da arrecadação das Casas de Seguro, o que permite relacionar tal atividade à formação e acumulação de riqueza no império lusitano e, posteriormente, no Brasil, formando importante fator de investimentos nessas economias.

A partir dessas hipóteses e identificando os *homens de negócios* que exploraram tais atividades, acreditamos poder contribuir para os estudos da importância dos seguros na construção de um mercado transatlântico e para o entendimento da formação dos capitais que impulsionarão a economia brasileira na segunda metade do século XIX.